

## **CATEGORIA ORGANIZADA E MOBILIZADA NA CONQUISTA DOS ANSEIOS DA CLASSE TRABALHADORA**

### **CONJUNTURA**

Os últimos acontecimentos demonstram como eram falsas as promessas de uma nova ordem mundial harmoniosa e próspera. Ao invés de um mundo harmonioso, presenciamos guerras civis, ameaças nucleares, atentados terroristas, aquecimento global... No lugar de prosperidade, temos crises econômicas, miséria e fome. Um mundo em que o 1% mais rico da população detém uma riqueza equivalente às dos 99% restantes.

Este é um mundo cada vez mais instável e inseguro, infestado por inúmeras crises que são, na realidade, expressões de uma crise global do sistema capitalista internacional. Um olhar sobre os acontecimentos deste início de século mostra um quadro político marcado por avanços e recuos. Situações de avanço das lutas sociais, entremeadas por situações de ofensiva da direita.

Se hoje a correlação de forças não se apresenta favorável para a classe trabalhadora, não quer dizer que estamos entrando numa fase de retrocesso irreversível. Pelo contrário. A situação do capitalismo global, a instabilidade política que tem sido a marca desses anos, a incapacidade das burguesias e seus governos de solucionarem esses problemas, indica que o período de turbulência ainda se manterá por algum tempo.

### **América Latina**

Na década passada, o surgimento dos chamados “governos progressistas” na América Latina foi um fato político de grande importância, pois expressavam o processo de avanço e a radicalização das lutas sociais na região. Com amplo apoio popular, esses governos trouxeram avanços importantes, beneficiando as camadas sociais mais pobres. Mas, apesar disso, esses avanços se mostraram insuficientes, na medida em que os ‘governos progressistas’ não realizaram as mudanças estruturais necessárias, mantendo intactos os privilégios e interesses das elites.

O Brasil é o melhor exemplo do caráter limitado desse reformismo “quase sem reformas”: o fato de que milhões de brasileiros deixaram a zona da miséria e da pobreza extrema durante os governos petistas, não alterou o quadro de desigualdade social.

Dentre esses países, destaca-se a Venezuela que, pela radicalidade da “revolução bolivariana” de Chávez, tornou-se uma referência na luta antiimperialista e anticapitalista na América Latina e em outras partes do mundo. Por essas mesmas razões a Venezuela foi o país onde os conflitos sociais e políticos se manifestaram de maneira mais intensa. De um lado, uma direita venezuelana, apoiada pelo imperialismo estadunidense, disposta a tudo para desestabilizar e derrubar o chavismo. De outro, um governo que, para

defender a “revolução bolivariana” não hesita em adotar medidas autoritárias e antidemocráticas, inclusive, desencadeando uma repressão violenta contra seus opositores.

Nos últimos meses essa polarização se aprofundou, principalmente com a convocação da Assembleia Constituinte pelo governo de Nicolás Maduro. A recente declaração de Trump sobre eventual intervenção militar na Venezuela introduziu mais um fator que agravou a situação política daquele país.

A situação da Venezuela é importante, pois uma intervenção militar norte-americana ou um golpe da direita com o apoio dos EUA significariam um enorme retrocesso, com impacto em toda a América Latina. Nossa posição, diante de um golpe ou intervenção militar imperialista, deve ser clara: apoiar o povo venezuelano contra a direita e o imperialismo norte-americano. Mas isso não significa apoio político ao governo Maduro. Pelo contrário, a real saída está no fortalecimento da ação independente da classe trabalhadora e da população pobre venezuelana e o surgimento de uma nova alternativa política a partir de baixo.

As experiências dos “governos progressistas” nos proporcionam importantes elementos para refletirmos a luta pela emancipação da classe trabalhadora. Essa reflexão está longe de ser esgotada, mas podemos ressaltar algumas conclusões essenciais. A primeira é a necessidade de atacar frontalmente a classe dominante. Todas as experiências mostraram o quão ilusória é a idéia de que é possível conciliar os interesses dos capitalistas e da classe trabalhadora, como foi o caso da política neodesenvolvimentista adotada pelo PT. Em segundo lugar, não se trata simplesmente de implementar políticas de cima para baixo, ainda que sejam políticas importantes e favoráveis à classe trabalhadora. Um governo realmente progressista deve ter como objetivo fortalecer a auto-organização popular, fortalecer o protagonismo da classe trabalhadora. E, em terceiro lugar, todas as experiências dos “governos progressistas” demonstraram que as mudanças estruturais necessárias para se alcançar uma sociedade democrática e com justiça social não podem ser conquistadas por dentro do sistema capitalista.

## **Brasil**

Desde a sua posse, em maio de 2016, o governo golpista de Michel Temer vem lançando um ataque brutal e sistemático à democracia, ao patrimônio público e aos direitos sociais. Em pouco mais de um ano, a destruição provocada pelo governo golpista atingiu praticamente todos os setores e áreas da sociedade: saúde, educação, cultura, meio ambiente, economia e direitos trabalhistas.

Há uma forte política de ajuste fiscal (política de superávit) que intensifica a transferência de recursos públicos para o sistema financeiro, através do pagamento da dívida pública, socorro direto às megacorporações (como a Oi), perdão de dívidas (como dos planos de saúde) e outras.

A lista de retrocessos é extensa, com destaque até aqui para a PEC 51, que congela os gastos públicos por 20 anos, e a Reforma trabalhista que faz retroceder em décadas os direitos da classe trabalhadora brasileira. Mas há muito mais pela frente: a reforma política voltada para restringir a participação da esquerda e garantir a continuidade da maioria dos parlamentares golpistas, e, principalmente, a Reforma da Previdência.

Neste período também houve uma intensificação - que começou já nos governos de Lula e Dilma com a criminalização dos movimentos sociais e a Lei "Antiterror" - da repressão policial aos movimentos sociais, com o uso sistemático de violência contra manifestantes, assassinatos a sangue frio de sem terras, indígenas e quilombolas, o recurso a métodos típicos de regimes de exceção, como a infiltração de agentes e provocadores nos movimentos sociais.

A população, inicialmente manipulada pela "narrativa" golpista e pela grande mídia, já não tem dúvida dos reais interesses do governo Temer. Isso se reflete não só na enorme rejeição do governo, que conta com apenas 5% de aprovação popular, mas também no apoio e participação nas manifestações e nas greves contra a reforma trabalhista. Mas é preciso reconhecer que neste momento estamos em desvantagem. Nossa resistência, embora combativa e heróica, tem sido insuficiente para derrotar os ataques.

A direita tampouco vive uma situação tranquila, com as denúncias diárias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo e dos partidos, as divisões políticas que atingem duramente os partidos golpistas, como é o caso notório dos tucanos. Mas, à parte as divergências e contradições, as diferentes frações das elites possuem convergências fundamentais, principalmente na implementação das "reformas" e no ataque aos movimentos sociais e à esquerda como um todo.

Diante dessa situação, muitos voltam seus olhos para 2018, especialmente na possibilidade de uma vitória de Lula. Um erro que pode custar caro, pois: 1) não há nenhuma certeza de que Lula será candidato; 2) caso Lula concorra e vença, não há nenhuma chance de que tenha condições políticas para garantir a "governabilidade". Essa visão apenas reforça a política desastrosa que conduziu o país a esta situação. Primeiro, porque ver a solução na candidatura de Lula é ignorar que em três mandatos o PT governou preferencialmente para agradar os grandes capitalistas, destinando as migalhas do crescimento para a população mais pobre. E em segundo lugar, desvia o centro da nossa luta para o terreno eleitoral e parlamentar, favorável aos partidos da direita. As lutas recentes têm demonstrado justamente a necessidade de privilegiar as lutas sociais, intensificar as mobilizações de massas, promoverem ocupações, greves e manifestações populares.

É preciso ir além! O atual processo político não é e não pode ser entendido como um processo em curto prazo. Seus efeitos serão profundos e duradouros, e as divisões sociais e políticas que têm marcado a disputa política nacional se farão presentes por muitos anos. Hoje, não se trata apenas de resistir aqui e

agora, mas também, de nos prepararmos para as tempestades que inevitavelmente enfrentaremos no futuro.

### **Proposta e tarefas fundamentais**

Uma das principais tarefas neste momento é a de unir as várias lutas e mobilizações específicas, superar a dispersão política e organizativa. A saída é pela organização dos trabalhadores, não para alçar um político ou partido, mas para envolver todos no debate, pressionar para que a arena pública seja ampla e plural. A fragmentação só interessa aos golpistas e à direita. Essa unidade não pode ser criada por decreto, mas tem que ser construída na prática, na luta concreta nos locais de trabalho, moradia e estudo. Uma unidade construída a partir de baixo, pela base.

Além disso, precisamos reconhecer a existência de debilidades e problemas nos movimentos sociais. No caso do movimento sindical, há problemas que devem ser superados urgentemente, como a burocratização dos sindicatos, a falta de organização de base, a insuficiente formação política da militância. Superar essas debilidades é essencial para que nossas entidades de luta estejam aptas a enfrentar os enormes desafios que temos diante de nós.

### **MOVIMENTO E REORGANIZAÇÃO SINDICAL MOVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

No Brasil, o reconhecimento do direito à greve e à organização sindical dos servidores públicos foi efetivado somente com a Constituição Federal de 1988. Antes disso, porém, a ausência de garantia legal não impediu o desenrolar de inúmeros movimentos grevistas e o surgimento de organizações com caráter sindical desde os anos 70, ao mesmo tempo em que ganhava campo um processo vigoroso de ascensão das lutas dos trabalhadores.

Na ausência de qualquer regulamentação que disciplinasse o direito de greve e as relações de trabalho dos servidores públicos, os embates com os governos dependiam do grau de organização e de pressão demonstrados pelos trabalhadores nos seus movimentos. O reconhecimento da pauta de reivindicações e dos interlocutores da categoria (as direções das Associações referendadas geralmente em amplas Assembléias Gerais) passava assim pela amplitude do movimento e da sua capacidade de alcançar uma visibilidade pública e política que atingisse ao mesmo tempo a materialidade econômica e institucional do Regime.

Vivemos um momento muito importante no processo de reorganização da classe trabalhadora no Brasil. O movimento sindical de esquerda no Brasil sobreviveu e lutou contra a ditadura e regime militar e ainda contra a burguesia que perdura até hoje. Temos que ser fortes e organizados contra aos que se opõe ao movimento sindical de esquerda no Brasil.

Temos que ser parte do movimento de classe que organiza e mobiliza as greves gerais e intensificar greves com resistências que colocam o capital, o governo e seus pelegos em posição de recuo ou que não permitam implementar seu projeto neoliberal.

Nestas ações deve-se ter a solidariedade ativa da classe trabalhadora, a formação política como ferramenta que potencializa a luta e a não submissão ao reconhecimento do Estado à nossa Organização.

Defendemos a organização dos trabalhadores sindicalmente que rompa com o corporativismo imposto pelo Estado que nos divide em categorias. Devemos aprender com os erros do passado e avançar para contribuir decisivamente para reconstrução do movimento sindical pela base e de enfrentamento direto com o Capital.

Mais do que uma esperança é imprescindível no atual ciclo histórico em que vivemos, devemos materializar nas ações de enfrentamento contra o Capital e seu Estado e a luta pelo socialismo.

Portanto, a cada ação de enfrentamento nos locais de trabalho, a cada avanço que garantimos nas mobilizações, acumulamos a força necessária para o enfrentamento do conjunto da classe trabalhadora contra a sociedade do Capital e assim caminhamos para derrotar os atuais projetos neoliberais, garantir direitos e buscar a construção de uma sociedade socialista.

A reforma aprovada pelo governo mexe na estrutura e legislação sindical no país, atacando a liberdade e autonomia sindical dos trabalhadores e abrindo caminho para a reforma trabalhista, que pretende reduzir direitos como o 13º salário, a multa de 40% do FGTS, entre outros.

A Greve Geral do dia 28/04/2017 contra as reformas que retiram direitos foi uma das maiores mobilizações e demonstrações de força e organização da classe trabalhadora nos últimos tempos, porém, sem poder de barganha com o poder político, ainda mais depois do recuo de importantes Centrais Sindicais na Paralisação do dia 30/06/17, escancarando a dificuldade de organizar a luta dos trabalhadores diante das medidas políticas do atual governo. É necessário entendermos essa “desorganização da classe trabalhadora” e “paralisia da população” diante de tantos ataques vindos do Capital e seus governos. Demanda todo o empenho da militância no desafio de reorganizar o movimento e a população.

É necessária a reorganização do movimento sindical, através da aproximação dos sindicatos as suas bases e movimentos sociais, superando a burocratização e o desgaste das lutas internas, e fazendo de fato a mobilização para conquista dos anseios dos trabalhadores.

É preciso que as entidades estejam mais próximas dos trabalhadores e realizem consultas, fóruns de discussão para que se possam traçar os caminhos que deverão ser seguidos trazendo o sindicato para sua verdadeira finalidade, ferramenta de luta do trabalhador.

## **Nossas Propostas**

Reafirmar a FENASPS no fortalecimento de organizações amplas da classe trabalhadora, na construção de uma Central Sindical baseada nos nossos princípios e independente em relação aos patrões e governos, autônoma em relação aos partidos, combatendo a estrutura sindical subordinada ao Estado e com o compromisso estratégico de lutar para além das reivindicações imediatas da classe, acumular forças na perspectiva de alcançar uma sociedade baseada na justiça, igualdade e uma verdadeira democracia. , isto é, uma sociedade socialista.

A FENASPS deve fortalecer o movimento e espaços de organização dos servidores federais, na defesa dos interesses da categoria e em defesa do serviço público de qualidade.

A defesa do serviço público no Brasil deve abarcar todos os níveis federativos, estados e municípios. Nesse sentido, a FENASPS deve reforçar sua presença e atuação num amplo movimento e na construção de Frentes dos trabalhadores e trabalhadoras pelo resgate do conceito, da construção de políticas públicas e de carreiras na área da seguridade social, saúde, previdência e seguro social, trabalho e assistência social.

A FENASPS e os Sindicatos devem fortalecer e priorizar as organizações de base e os locais de trabalho nas deliberações e ações políticas nas devidas instâncias, buscando garantir que:

- As decisões sejam tomadas com ampla participação da base em fóruns específicos;
- Sejam fortalecidas as representações nos locais de trabalho e a realização de reuniões com a direção em locais diversos e não somente na sede da entidade;
- Sejam implementadas as ferramentas tecnológicas e fóruns eletrônicos, não excluindo os fóruns presenciais;
- Sejam elaborados e implementados projetos de formação política da categoria;
- Haja o fortalecimento de luta conjunta com outros movimentos sociais.

## **REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO, TELETRABALHO, SAÚDE DO TRABALHADOR**

Diante da necessidade de adequar os serviços à capacidade de pessoal drasticamente reduzida devido ao número elevado de aposentadorias, a não convocação dos concursados, a necessidade de concurso para admissão, surge à implantação de projetos com foco no uso da tecnologia e terceirização.

Além dessa necessidade, diante da conjuntura econômica atual na qual se atribui toda responsabilidade pelo déficit e falta de gestão aos funcionários públicos, surge ainda à possibilidade da implantação do teletrabalho.

O projeto mais avançado, INSS Digital, está sendo implantado sem o diálogo aberto com os servidores da casa, os quais são grandes conhecedores de todos os problemas enfrentados diariamente, seja com relação aos sistemas ou possibilidades de fraudes através de terceiros.

Demonstra claramente o desmonte de uma Instituição tão importante para a sociedade, com planos de fechamento de agências, terceirização de funcionários, exploração de estagiários, acordos de cooperação técnica que podem resultar em prejuízo aos cofres públicos por motivo de fraude, esvaziamento das funções dos servidores, até que não seja mais essencial como ainda é hoje.

Com a desculpa de que o segurado merece um atendimento melhor, além de colocar o segurado nas mãos de atravessadores que cobram valores exorbitantes para realizar até um simples serviço de impressão, vem encantando seus trabalhadores com promessas de modernização e facilidade em seu serviço encobrendo a realidade de cobrança de produtividade ainda maior, já demonstrando aos poucos o futuro dessas inovações nas vidas dos servidores. De forma atropelada, já se coloca em discussão a mudança do índice de produtividade sem que o projeto esteja pronto para funcionar em todo país.

O encantamento começou com a divulgação de que o servidor poderia trabalhar em casa. O teletrabalho é um processo que ainda apresenta problemas para implantação na esfera do serviço público, mas já está implantado em alguns órgãos, dentre eles Serpro, Receita Federal, em parte do Judiciário, etc.

Vemos claramente que a intenção do governo é simplesmente economizar com estrutura, pois o servidor terá que arcar com a despesa de equipamentos e tudo que for necessário para desempenhar seu trabalho. Nos órgãos onde foi implantado, houve publicação de ato próprio (resolução) na qual consta inclusive que a estrutura é responsabilidade do servidor, tendo inclusive que ter sua residência avaliada para que se confirme que realmente aquele servidor possui as condições necessárias para desempenhar seu trabalho em casa. A produtividade exigida aumenta em média 15% do que é colocado para os que trabalham no órgão, além da retirada de benefícios, acaba com as relações de

convívio entre os servidores afetando também o poder de mobilização da categoria, afeta o descanso já que se trabalha por muito mais tempo do que se estivesse no local de trabalho e pode afetar a saúde se o servidor não tiver perfil para tal trabalho e não suportar as cobranças. Devemos lembrar que não há projeto algum voltado à saúde do trabalhador e que nem os exames periódicos aconteceram até hoje. Após a implantação da política de metas, o número de trabalhadores doentes vem aumentando bastante.

O processo de modernização é inevitável, no entanto, somos parte dele e devemos ser respeitados.

### **Propostas**

Devemos exigir a realização de exames periódicos, juntamente com um programa voltado ao bem estar dos trabalhadores, a participação dos mesmos no processo de modernização e que antes de qualquer implantação o Instituto melhore os sistemas, publique normas que nos traga segurança para trabalhar nesse novo formato, faça um estudo técnico de procedimentos e tempo para formatação de requerimentos para que se defina uma meta condizente com a realidade, que se discuta uma carreira na qual tenhamos serviços de exclusividade e garanta atendimento aos segurados sem cercear seus direitos.

Toda e qualquer iniciativa e discussão deve ser feita em conjunto com os servidores, desde seu local de trabalho até nas instâncias de níveis mais amplos, sempre com a presença e participação das entidades sindicais representativas.

### **SAÚDE E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA, CAPESAÚDE E OUTROS)**

Exigir:

- A garantia um atendimento de saúde em todas as áreas médicas.
- Aumento da participação na contribuição dos órgãos governamentais.
- Implantação de uma referência de indexador de reajuste
- Volte a ser o patrocinador direto dos assistidos, sem intermediários como a Unimed etc.
- Que o 'Viva Previdência' (pecúlio) libere 50% para saque na ocasião da aposentadoria e o restante quando completar 65 anos.

### **PLANO DE LUTAS**

- Fortalecer a participação da base através do uso das inovações tecnológicas;

- Mobilizar a categoria para o enfrentamento contra o desmonte do serviço público;
- Realizar seminários e fóruns eletrônicos para politização da categoria, para que essa se conscientize da necessidade de luta;
- Tornar transparente e democrática a discussão sobre todos os assuntos relevantes as categorias representadas através de página privada para os servidores;
- Realização de pesquisa junto à base para construir democraticamente a forma de enfrentamento, seja greve ou outra;
- Defender a exclusividade de serviços dentro da carreira do Seguro Social, para que não se esvazie totalmente as funções através da terceirização, sob risco de extinguir futuramente a necessidade dos cargos;
- Em defesa da Saúde Pública estatal, de qualidade, com carreira pública e contra todas as formas de privatização e precarização do serviço público.
- Exigir políticas públicas nas áreas de Assistência Social e Trabalho que ampliem e qualifique o atendimento a população e com condições de trabalho dignas aos servidores.
- Exigir a participação de representação da base, respeitando a participação de corpo qualificado tecnicamente, nos projetos de inovação e grupo de trabalho, através de ações nos órgãos;
- Construção da greve por tempo indeterminado, através de reuniões nos locais de trabalho;
- Continuar a luta pelas 30 horas, concurso público, plano de carreira, adequação de índices de medição de produtividade, política voltada à saúde do trabalhador e cumprimento do acordo de greve;
- Pelo fortalecimento das instituições públicas e por um serviço público de qualidade.

## **ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E REGIMENTAL**

### **Estatuto**

#### **Art. 4º, inciso VIII - Passa a ter a seguinte redação:**

“Promover congressos, seminários, plenárias, encontros, fóruns digitais, como videoconferência e reuniões eletrônicas e outros eventos para aumentar o nível de organização e conscientização da categoria, assim como participar dos fóruns e eventos de interesse da população usuária dos serviços públicos no Brasil e no Exterior”.

#### **Art. 17. Passa a ter a seguinte redação:**

“O CONFENASPS deverá ser realizado obrigatoriamente a cada três anos”.

#### **Art. 29. Passa a ter dois parágrafos com a seguinte redação:**

“1º. É vedada a acumulação de cargos na Direção Nacional Executiva Colegiada.

2º É vedado a qualquer diretor (a) da FENASPS, que exerça cargo comissionado/confiança no governo federal, exceto nas Fundações ou outras equivalentes que tenham anuência da categoria através de eleições diretas para acompanhar a administração do patrimônio da categoria”.

**Art. 38. Passa a ter a seguinte redação:**

“A FENASPS custeará a liberação de 3 diretores em regime de rotatividade no prazo de 2 anos, para exercerem mandato classista pela FENASPS, obedecendo à proporcionalidade das chapas do Congresso que os elegeram, de acordo com os dispositivos legais vigentes, caso o órgão de origem do servidor não efetue o pagamento”.

**Regimento**

**Art. 7, item c. Passa a ter a seguinte redação:**

“Planejar, executar e avaliar as atividades de educação sindical, como cursos, seminários, congressos, encontros, videoconferências, etc.”

**Art. 10º, item e. Passa a ter a seguinte redação:**

“Manter a publicação e a distribuição do jornal, boletim, a transmissão dos fóruns de forma digital e demais publicações da FENASPS. Criar acesso restrito aos servidores na página da entidade para que possam participar de pesquisas referentes aos assuntos relacionados ao órgão onde trabalha”.

**Art. 42. Passa a ter a seguinte redação:**

“Todas as instâncias da FENASPS serão compostas de forma proporcional.

“Parágrafo único: Os Grupos de Trabalho e Comando de Greve levará em consideração a escolha pela categoria de representante para atuar nos Grupos de Trabalho e de representação eleita pelos Sindicatos Estaduais para atuarem no Comando de Greve”.

**COLETIVO AVANÇAR NAS LUTAS**

**FENASPS**

**TESE AO CONFENASPS 2017**